



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

26
149

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 185204-4/01 - Sirinhaém

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Agravado: M.M. da C.B., representado por sua genitora Marcela Maria da C. Barros

Relator: Des. Jovaldo Nunes

5469

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. LESÃO CORPORAL CAUSADA POR DESCARGA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA. NEXO DE CAUSALIDADE COMPROVADO. PENSÃO ALIMENTÍCIA FIXADA PROVISORIAMENTE. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. RECURSO DE AGRAVO. IMPROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. O valor fixado provisoriamente para o custeio de tratamento médico é fundado em receio de dano irreparável ou de difícil reparação, caso não receba assistência médica adequada, em face do grave risco de saúde do agravado em função de descarga elétrica em rede de alta tensão de responsabilidade da concessionária. Presente na decisão monocrática do 1º grau, os requisitos ensejadores da concessão da tutela pretendida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a QUINTA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 20 de janeiro de 2009.

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

23
150

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 185204-4/01 - Sirinhaém

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Agravado: M.M. da C.B., representado por sua genitora Marcela Maria da Cunha Barros

Relator: Des. Jovaldo Nunes

Relatório

Decisão agravada às fls. 83/85 do Agravo de Instrumento nº 185204-4.

No primeiro grau foi proferida decisão interlocutória em *Ação Ordinária de Reparação de Danos com Pedido de Antecipação de Tutela*, intentada por Michael Múcio da Cunha Barros contra a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, na qual o autor visou o custeio de tratamento médico, transporte, alimentação e aquisição de medicamentos, pelo fato de o mesmo ter sofrido descarga elétrica de alta tensão, que culminou na amputação total de seu braço esquerdo de parte do pé, bem como na mutilação de seu órgão genital. O MM Juiz antecipou parcialmente os efeitos da tutela nos seguintes termos:

"Em face do exposto, com fulcro no art. 273, I, do CPC, defiro a antecipação parcial dos efeitos da tutela demandada, para determinar a CELPE o imediato pagamento da quantia de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais ao Autor, para custeio de tratamento médico, transporte, alimentação e aquisição de medicamentos, a ser depositada em conta bancária informada nos autos até o dia 05 de cada mês."

Contra essa decisão foi interposto agravo de instrumento, ao qual neguei seguimento eis que entendi se tratar de matéria já pacificada no âmbito desta Corte (fls. 83/85).

Contra a decisão de minha lavra, a agravante interpôs o presente recurso de agravo, objetivando a anulação/suspensão da decisão agravada. Para tanto, alegou que inexistia obrigação dela agravante em indenizar o agravado, uma vez que a eletroplessão deu-se por culpa exclusiva da vítima ou de seu responsável, que a despeito das prevenções exigíveis, encontrava-se indevidamente próximo da rede de distribuição da concessionária por conta da edificação ilegal levada à cabo pelo avô da vítima. Ao final, pugnou para que seja o processo levado à mesa para julgamento pela Câmara.

Não vislumbrando razões para exercer o juízo de retratação, submeto o feito à Colenda 5ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 20 de janeiro de 2009.

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

28
151

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 185204-4/01 - Sirinhaém

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Agravado: M.M. da C.B., representado por sua genitora Marcela Maria da Cunha Barros

Relator: Des. Jovaldo Nunes

Voto

A decisão agravada, na parte que interessa, está vazada nos seguintes termos (fls. 83/85 do Agravo de Instrumento nº 185204-4/01):

“Relatado, decidido: Colho da decisão recorrida o seguinte (fls. 19/21): “Prestadora de serviço público está sujeita ao risco administrativo, ainda que seja entidade privada. Devidamente provada a ocorrência dos danos físicos e da necessidade de tratamento médico, e que essa necessidade é seqüela da eletrocussão em rede energizada administrada pela ré, sobressalta a verossimilhança da alegação do Autor. Com efeito a ré é concessionária de serviço público (distribuidora de energia elétrica), e como tal no ordenamento jurídico pátrio, aplica-se a teoria da responsabilidade objetiva pelos danos causados ao particular, na modalidade risco administrativo, conforme art. 37, parágrafo 6º da Constituição federal de 1988, “in verbis”: “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelo dano que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”. Por fim, resta manifesto o requisito do Inciso I, do art. 273, eis que há fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, caso não receba assistência médica adequada, em face de seu grave risco de saúde, conforme documentos médicos e fotografias constantes nos autos. Por outro lado, inexistente perigo de irreversibilidade da tutela, existindo, ainda a possibilidade de sua revogação a qualquer tempo.” Correto o entendimento do douto magistrado. A verossimilhança da alegação consiste no fato de que o agravado sofreu descarga elétrica enquanto brincava no terraço do pavimento superior da casa de seu avô materno e em decorrência de tal eletrocussão amputou o seu braço esquerdo, parte do pé e teve mutilado seu órgão genital (fls. 53), tendo assim que se submeter a tratamento médico na capital do Estado. Compulsando os autos verifico que o agravado, pelo fato de sua mãe não possuir emprego, vive juntamente com esta as custas do avô materno, que é pescador, morando, inclusive, na casa deste, localizada no município de Sirinhaém e que assim, não possui condições financeiras de arcar com as despesas relativas ao deslocamento para cidade do Recife para realizar o tratamento médico indicado, tampouco arcar com as despesas relativas aos medicamentos de que necessita para que sua saúde seja restabelecida. Dessa forma, entendo presente o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Em caso semelhante ao aventado já adotei posicionamento similar ao ponto de vista desenvolvido na decisão agravada. Vejamos: “APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. MORTE POR «DESCARGA» «ELÉTRICA». RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CONCESSIONÁRIA DE



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

152

25

SERVIÇO PÚBLICO. INTELIGÊNCIA DO ART. 37, § 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NEXO DE CAUSALIDADE COMPROVADO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM" REJEITADA. APELO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. I -Preliminar: Ilegitimidade passiva "ad causam". Possuem os parentes, segundo o grau de afeição, legitimidade para a causa, ainda que não haja prova da dependência econômica. Nesse sentido: STJ- Resp. 324886/PR; 239009/RJ. Preliminar rejeitada. Decisão unânime. II- Mérito: - Em se tratando de dano decorrente de acidente provocado por falha de serviço público prestado por concessionária, a responsabilidade desta, por força do comando estampado no §6º, do art. 37, da Constituição Federal, é objetiva, de sorte que dela se exonera somente se o evento houver resultado de caso fortuito, de culpa de terceiro ou exclusiva da vítima. - Na espécie não há que se falar em caso fortuito ou culpa exclusiva da vítima, se esta não restou devidamente comprovada. Nexo de causalidade entre o risco criado pela concessionária de energia elétrica e o evento morte, a sugerir uma reparação civil em favor das apeladas. - À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso de apelação, mantendo-se a sentença recorrida em todos os seus termos. (Apelação Cível nº 108886-4, Rel. Des. Jones Figueiredo, Quarta Câmara Cível) "RESPONSABILIDADE CIVIL - CULPA "IN VIGILANDO" E "IN OMITENDO". MORTE. DESCARGA ELÉTRICA. ATO ILÍCITO. INDENIZAÇÃO. PENSÃO MENSAL. PEDIDO PROCEDENTE. DECISÃO MANTIDA. a) Preliminares de nulidade da sentença que se rejeita por falta de amparo legal; b) comete ato ilícito empresa de energia elétrica que deixa fio descoberto exposto em poste de iluminação pública, causando a morte de trabalhador. Culpa "in vigilando" e "in omitendo". Responsabilidade civil caracterizada. (TJPE - Apelação Cível nº 60536-3, Rel. Des. Jovaldo Nunes, Segunda Câmara Cível)." No mesmo sentido as Apelações nºs: 25907-0, Rel. Des. Jovaldo Nunes Gomes; 101393-6, Rel. Des. Eduardo Augusto Paurá Peres; 75229-6, Rel. Des. Fernando Cerqueira e 74758-8, Rel. Des. Macedo Malta. Posto isso, por estar a decisão agravada em conformidade com a jurisprudência dominante deste Tribunal consoante acima demonstrado, **NEGO SEGUIMENTO** a este recurso, ex-vi do art. 557, caput, do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ de Pernambuco.

Não observo, no referido recurso, qualquer argumentação que venha ensejar modificação no posicionamento adotado na decisão agravada, isto porque, a decisão fundou-se no art. 557 do CPC, ao considerar o agravo de instrumento em confronto com a jurisprudência dominante desta Corte de Justiça e, assim, manteve, em todos os seus termos, a decisão agravada.

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso, mantendo integralmente a decisão recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

É como voto.

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator